

Vapor barato: o cigarro eletrônico é uma onda fatal

Carta cartacapital.com.br/opiniaofrente-ampla/vapor-barato-o-cigarro-eletronico-e-uma-onda-fatal/

19 de julho de 2022



O combate ao fumo começou a se estruturar em nosso país a partir dos anos 1970 e ganhou abrangência nacional com a proibição da propaganda nos meios de comunicação.

Ao longo de diferentes governos, o controle do tabagismo no Brasil recebeu o status de política de estado, fator decisivo para que este imenso esforço educacional desconstruísse a imagem fantasiosa criada pela publicidade, que associava o cigarro à liberdade, lindas mulheres e homens bem-sucedidos.

Hoje, pouco menos de 10% dos brasileiros com mais de 15 anos são fumantes, o que nos coloca à frente dos Estados Unidos e da Europa. Agências internacionais e a própria OMS apontam o programa brasileiro de controle do tabagismo como um dos melhores do mundo.

No momento, este esforço de décadas se acha gravemente ameaçado. Sempre em buscas de novas estratégias para recuperar os lucros perdidos, a indústria do cigarro identificou uma nova e eficiente arma: o cigarro eletrônico.

Criado em 2003, este dispositivo, além de estimular o surgimento de novos fumantes, contém diversos produtos químicos potencialmente tóxicos. O próprio dispositivo desprende nanopartículas de metal e ocorrem reações com o aquecimento e vaporização que incluem carcinógenos e substâncias citotóxicas.

Estudo publicado na revista científica Thorax revelou que o vapor emitido por cigarros eletrônicos pode ser responsável por desativar as principais células do sistema imunológico no pulmão e aumentar as inflamações no organismo.

Em 2019, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados detectou o número crescente de pacientes com Evali, sigla em inglês para “doença pulmonar associada ao uso de produtos de cigarro eletrônico”. Os principais sintomas são: tosse, falta de ar e dor no peito.

Em 2019, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2019 mostrou que 13,6% dos estudantes de 13 a 15 anos já experimentaram cigarro eletrônico. Entre alunos de 16 a 17 anos, o índice foi maior: 22,7%. Realizado no primeiro trimestre deste ano pela organização Vital Strategies e pela UFPel (Universidade Federal de Pelotas), o relatório Covitel (Inquérito Telefônico de Fatores de Risco para Doenças Crônicas não Transmissíveis em Tempos de Pandemia) revelou que 19,7% dos brasileiros de 18 a 24 anos já experimentaram cigarros eletrônicos.

Hoje, estima-se que 3% da população adulta brasileira (cerca de 4,7 milhões de pessoas) façam uso diário ou ocasional do cigarro eletrônico. A maior parte é proveniente de contrabando porque, apesar do uso intenso e crescente, estes dispositivos são ilegais no Brasil.

Em 2009, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) proibiu a comercialização, importação e propaganda de cigarros eletrônicos. Dez anos depois, o órgão abriu discussão para uma possível atualização da proibição. Em maio deste ano, representantes de 50 entidades médicas – entre elas Associação Médica Brasileira (AMB), Conselho Federal de Medicina (CFM), Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT) – divulgaram documento no qual se posicionam a favor da manutenção da proibição.

Sobretudo os jovens supõem estar fumando um vaporzinho inofensivo, um novo barato. Esta ilusão já transformou o cigarro eletrônico em amplo sucesso mundial. Fuma-se nos bares, na rua, nos banheiros das escolas, em ambientes fechados na frente de crianças, de grávidas e de pessoas de idade, sob o disfarce do odor de essências perfumadas acrescentadas pelos fabricantes. Práticos, saborosos, com designs atraentes, socialmente bem aceitos, os cigarros eletrônicos são uma séria ameaça à saúde pública e podem jogar por terra décadas de esforços no controle do tabaco no Brasil. É inevitável parodiar o dito popular: um barato que sairá caro.

Este texto não representa, necessariamente, a opinião de CartaCapital.